

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALMG TORNOU EVIDENTES AS IRREGULARIDADES DO PCSC IMPLANTADO NA PRODEMGE SEM NENHUM DIÁLOGO COM OS TRABALHADORES



Aconteceu, na última quinta-feira, 26/05, por meio de requerimento da deputada estadual Beatriz Cerqueira - PT/MG, na Comissão de Administração Pública da ALMG, a Audiência Pública que debateu o novo Plano de Cargos Salários e Carreira (PCSC) que a diretoria da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE) implementou, impondo profundas alterações na organização de salários e carreira, sem qualquer diálogo prévio com os trabalhadores ou com a entidade sindical que os representa.

A audiência foi marcada por dezenas de denúncias levantadas pelos trabalhadores e suas representações, o sindicato da categoria SINDADOS/MG e a Comissão de Trabalhadores.

Um dos pontos levantados no debate está o fato de que a PRODEMGE é uma empresa pública e, como tal, está submetida aos princípios constitucionais da legalidade, publicidade e impessoalidade, descumpridos pela direção da Empresa na elaboração e implementação do Plano.

O absurdo foi tamanho que o próprio Assessor Jurídico da PRODEMGE, Alberto Alves Carreiro, que na oportunidade representava o presidente da Empresa, ao ser questionado pela deputada Beatriz

Cerqueira, afirmou que passados quase dois meses da implantação do Plano o mesmo não foi divulgado em nenhum canal público, tampouco a tabela salarial. Segundo Alberto as Instruções Normativas (IN's) com o conteúdo do plano ainda estão sendo redigidas.

Nem mesmo o Conselho de Administração da empresa teve o PCSC para analisar previamente à reunião em que o mesmo foi aprovado.

Não pode ser séria a aprovação de um documento tão importante quanto é um Plano de Cargos, Salários e Carreira sem se ter o seu inteiro teor em mãos, de forma prévia, para leitura e análise, até mesmo para embasar o voto dos conselheiros.

A apresentação feita aos conselheiros deve ter sido a mesma lero-lero feita aos trabalhadores da empresa, que teriam sido chamados pelos gerentes que tiveram a tarefa de mostrar onde cada um foi enquadrado com o novo Plano.

Indagado sobre quem teria feito este novo PCSC, o representante do Presidente da Empresa informou foi um grupo de trabalho composto por seis integrantes, todos da chefia (gestores/cargos comissionados).

Entre as denúncias gravíssimas trazidas pelos

trabalhadores na audiência foi ressaltado o fato de profissionais com mais de uma década de casa terem sido rebaixados para o cargo mais baixo da carreira, à condição de júnior. Outros afirmaram que tiveram suas categorias modificadas à revelia, sem qualquer explicação ou justificativa.

A diferença entre os reajustes recebidos foi outro ponto alto da indignação de quem defende critérios claros de avaliação, tratamento isonômico, respeito profissional. Enquanto gerências e outros cargos de confiança tiveram reajustes de 100%, 200% ou até mesmo 300%, os trabalhadores "comuns" receberam reajustes irrisórios, coisa de R\$ 10, R\$ 22, R\$50, R\$100.

Ainda que o Sr. Alberto tenha dito que o plano foi muito bem explicado aos trabalhadores, e que tenha contestado a fala do Sindicato na audiência, os

depoimentos dos profissionais da empresa ali presentes mostraram que teve razão e fundamentação o Sindicato. A Audiência Pública desnudou uma realidade onde ficou evidente os abusos cometidos pela direção da Empresa contra os trabalhadores.

As notas taquigráficas da Audiência serão encaminhadas ao Ministério Público e da Audiência foram gerados vários requerimentos de forma consensual entre os Deputados e a solicitação à Empresa de que chamasse a representação dos trabalhadores para uma reunião, nos próximos 10 dias, para que se iniciasse o diálogo sobre o Plano, com o objetivo de resolver os diversos problemas apresentados. O representante da Empresa se comprometeu a levar a demanda, sem, no entanto, confirmar que tal reunião ocorrerá.

Campanha Salarial Serpro e Dataprev

A mesa da Dataprev, marcada para 23/05/2022, foi adiada de novo e a do Serpro nem foi marcada ainda. E o dia 30 está chegando. Qualquer novidade divulgaremos.

*Eu quero
Dataprev e Serpro
públicos.*



**Salve
Seus
Dados**

salveseusdados.com.br

FAZ UM PIX

campanha.salveseusdados@gmail.com

Via e-mail ou escaneie o QR Code diretamente do app do seu banco.



CANAIS DE COLABORAÇÃO DA CAMPANHA

Conta Exclusiva - Banco do Brasil
Agência: 1569-5 - Conta Corrente: 34056-1



POR UMA MAIOR VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE TI MINEIROS



Em Minas Gerais precisamos avançar na valorização do profissional de TI, que corresponde ao reconhecimento do trabalho desenvolvido através de melhor e mais digna remuneração, a melhores condições de trabalho e mais garantias. O mercado de TI mineiro, historicamente, adota a prática da pejetização e essa modalidade de contratação dá menos segurança para os profissionais.

Diante da necessidade gerada pela pandemia, de colocar os trabalhadores em home office, as empresas que ofereceram uma reposição de gastos com internet, energia elétrica, entre outros custos se tornaram mais atrativas. Este foi um debate intenso na negociação da Convenção Coletiva de Trabalho com o SINDINFOR em 2020, mas somente em 2021 conseguimos introduzir na Convenção Coletiva da Categoria que esses gastos serão custeados pela empresa, assim como é de responsabilidade da

empresa o fornecimento de equipamentos, já que legalmente o risco econômico do negócio é do empregador. Houve uma reclamação enorme por parte dos empresários, mesmo essa sendo uma prática fora do estado e do exterior.

Se o mercado de TI quer evoluir e crescer tem que investir não só em tecnologia e inovação. É preciso enxergar o profissional de TI como base e causa de tudo, pois máquinas não desenvolvem sistemas, nem os mantém no ar. Mais ainda, é preciso enxergar não apenas o profissional de ponta e com formação mais avançada, mas cada técnico de suporte, de implantação, enfim, todos os profissionais devem ser reconhecidos e bem remunerados.

O contrato precário e a baixa renumeração são as maiores causas de evasão, mas não são os únicos motivos. O profissional mineiro deve ser reconhecido dentro de uma visão de valorização do próprio mercado mineiro. Pela nossa natureza sindical e nossa história dizemos aos trabalhadores que a luta é coletiva, desde a luta por políticas públicas de apoio para que surjam mais e mais empresas de inovação, que gerem mais empregos e renda, passando por negociações mais justas com as empresas, que visam a melhoria de vida dos trabalhadores e o crescimento e desenvolvimento do mercado de TI mineiro.

PLANOS DE SAÚDE MAIS CAROS



A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) decidiu, nesta quinta-feira (26), que os planos de saúde individuais e familiares ficarão até 15,5% mais caros. Este é o maior percentual de reajuste anual autorizado pela agência desde 2000. Até então, o maior reajuste autorizado tinha sido de 13,57%, em 2016. E nossos salários, cada dia menores.

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

Partes		Processo	Audiência		
Reclamante	Reclamada	Numeração	Data	Horário	Local
Sindados	Samba Mobile	0010567-89.2021.5.03.0020	23/11/2022	11:00	Videoconferência
Sindados	Metalsoft	0010226-29.2022.5.03.0020	17/10/2022	13:15	Videoconferência
Sindados	EAC Engenharia	0010238-61.2022.5.03.0014	30/05/2022	08:20	Videoconferência
Sindados	Accenture	0010277-43.2022.5.03.0019	05/05/2022	08:55	Videoconferência

HOMESCHOOLING: MAIS UM ATAQUE À EDUCAÇÃO PÚBLICA.



A Câmara dos Deputados aprovou no dia 18/05, o texto-base do Projeto de Lei que regulamenta a prática do ensino domiciliar (homeschooling) na educação básica (pré-escola, ensino fundamental e médio). O texto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9.394/96, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.090/90). Mais uma vez o governo federal tenta acelerar a aprovação de medidas contra os serviços públicos.

Com base no argumento de que as crianças são “doutrinadas” pela esquerda nas escolas vemos avançar os mecanismos de privatização e de retirada do dever do Estado no financiamento da Educação. No Ministério da Educação (MEC) atual, há empresários que comercializam materiais de

apoio ao ensino doméstico e representam um forte lobby para a aprovação da Lei. Pelas regras, o Projeto será voltado para um grupo elitizado de famílias de classe média e controlado por empresas educacionais privadas.

Hoje, a livre escolha para o tipo de educação escolar das crianças é permitida aos pais. No entanto, é a educação escolar e pública que garante a proteção estatal às crianças e jovens, principalmente aos mais vulneráveis. Com o afastamento de mais um grupo privilegiado das escolas públicas, os investimentos irão cair ainda mais.

Além disso, a educação domiciliar pode reforçar o preconceito social, de raça, de cor, de gênero e de religião; o negacionismo científico; a desvalorização dos profissionais da educação; os ataques à democracia e à cidadania. É na escola, especialmente na pública, que a criança aprende a conviver em sociedade e pensar nos interesses coletivos. Com o ensino em casa, além da criação de sujeitos individualistas, aumentará a possibilidade de que abusos domésticos sejam cometidos sem a vigilância da sociedade.

As organizações que lutam em defesa da Educação Pública como direito de todos devem fazer esse debate com a sociedade e se posicionar contra esse Projeto! Em defesa educação escolar pública, gratuita, laica e de qualidade para todos!

PLANTÃO JURÍDICO
Horário de Atendimento
TERÇAS e QUARTAS
De 16h às 18h
na Sede do Sindados

Celular:
31 98421-8009



FUNCIONAMENTO DO
SINDADOS/MG
DIARIAMENTE
DE 8H ÀS 17H

